

COLETIVO QUILOMBO - OUSAR CRIAR RESISTÊNCIA POPULAR!

Somos muitos! Jovens da capital, da periferia, do centro, do campo, estudantes universitários, secundaristas, que nasceram na capital e no interior. Somos o povo negro empretecendo a educação. Somos quilombolas que querem o direito de viver nossos costumes. Somos indígenas retomando a terra sobre a qual se ergueram as cidades. Somos mulheres se empoderando na sociedade. Somos lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, provando que qualquer espaço nos cabe. Somos o grito dos povos que estão fora e não querem só entrar, querem derrubar o muro. Somos sem-terra ocupando o latifúndio da vida. Somos parte do povo que vai OUSAR, CRIAR, RESISTÊNCIA POPULAR.

A FALÊNCIA DO NEOLIBERALISMO E A ASCENSÃO DO NEOFASCISMO

O neoliberalismo, como modelo de governança, esgotou-se. Por esse motivo, ela mostrou suas limitações governamentais e ideológicas. Efeito disso é a crise econômica de 2008, instalada a partir de um impasse entre a dinâmica da vida ordinária da sociedade e a ditadura do sistema financeiro. A consequência disso foi à falência de um setor fundamental do capital financeiro. O Estado, então, foi acionado para salvar o seu sistema. Uma sequência de fatores é decorrente dessa conjuntura: o endividamento dos Estados nacionais; a privatização de serviços públicos essenciais para população; endividamento na economia doméstica; uma crescente colonização do capital produtivo pelo capital financeiro são diagnósticos disso. Assim, deságua no seguinte quadro: não é possível estabelecer uma relação justa entre o objetivo do capitalismo (fazer lucro e mantê-lo, independente do que ocorrer) e os fundamentos da democracia. Sua pretensa “solução”, isto é, a democracia liberal, possui muitos impasses e contradições que, aos poucos, vem a corroendo. Desse modo, o neoliberalismo, como imaginário de modelo político e econômico, demonstrou sua fraqueza. Para se manter vigente, contudo, ele adota sua linha política: o autoritarismo, o governo antidemocrático e a violência política e social como arma de dominação são elementos disso.

Todo esse discurso chegou no Brasil. Durante uma década (2003-14), com os governos do PT, vimos à melhoria de vida do povo como nunca visto antes. O país vinha aprofundando sua democracia, reduzindo a miséria, a exclusão social, o analfabetismo, a falta de moradia e o déficit na saúde pública. As políticas públicas

implementadas para redução da desigualdade, dessa forma, foram se mostrando exitosas. O país, além disso, atingia o pleno emprego, estava gerando mais oportunidades de vida para os mais pobres, os negros, as mulheres - ou seja, começando, ainda que timidamente, a lidar com o fantasma da escravidão ainda presente na atualidade. Contudo, esse cenário de otimismo e prosperidade começou a sofrer um declínio com a chegada da crise de 2008, sublimada, num primeiro momento, pela habilidade política de Lula e, no segundo momento, pelo projeto de investimentos em infraestrutura do país durante no governo Dilma. No ultimo ano de mandato, Dilma sofria ataques de todos os lados, mesmo assim derrotou a oposição nas urnas, mas após a derrota iniciou-se um processo de boicote e sabotagem do governo democraticamente eleito. Desse modo, pela irresponsabilidade das declarações e articulações do PSDB, da Globo, somado a instalação de uma operação policial mentirosa (a Lava Jato) que, dia a dia, destruiu as garantias dos direitos fundamentais de qualquer cidadão, a democracia brasileira foi ruindo. O acirramento dessa conjuntura, em que as forças políticas tornaram-se cada vez mais polarizadas junto a segmentos da burocracia estatal - como o ativismo político de procuradores, delegados, jornalistas, juízes e militares - deu brecha para um golpe de Estado contra a presidenta Dilma Rousseff com a ajuda do seu vice-presidente.

Nessa conjuntura, o roteiro pensado pelos golpistas era que fosse consumada a prisão ilegal do presidente Lula. Acusado de um crime que não cometeu, por meio de uma farsa jurídica, a prisão de Lula representa, simbolicamente, uma captura da democracia brasileira por parte dos bandidos de toga, articulados com militares do alto escalão, com parlamentares vendidos e autoritários e uma mídia mentirosa. Foi com esse clima que ocorreram as eleições de 2018. O período de campanha eleitoral foi marcada por fraudes: a cassação da candidatura de Lula e o cometimento de crimes digitais são alguns exemplos disso.

Bolsonaro elegeu-se por meio do que sabe fazer: ser cínico e mentiroso. Conseguiu criar uma falsa imagem de “brasileiro médio”, “trabalhador”, “honesto”, que “deseja o bem da nação, do povo e da família” no meio de uma sociedade adoecida mentalmente, com medo da violência, do desemprego, do abandono e, em certos casos, da perda de privilégios - local onde realmente está sua base que confia e acredita no seu “projeto”. Sabendo de sua enorme ignorância perante os problemas nacionais, ele se esconde nas redes sociais defendendo um discurso tosco e vazio. Com isso, ele foge de

qualquer debate que o confronto como representante da nação - algo essencial para uma democracia. O seu debate político se resume em cometer ofensas contra aqueles que ele despreza e nutre ódio, como as mulheres, negros, os indígenas e os LGBTs. O Governo Bolsonaro, contudo, deixa brechas e permite com que parte considerável dos seus eleitores, veja o que ele é: um representante da medíocre que demonstra pouca habilidade política em mediar projetos, programas e ações políticas que melhorem a vida do povo. Ele, junto aos seus ministros apenas sabem intimidar, mentir e gerar instabilidade social. O estrangulamento dos orçamentos das universidades federais e institutos, a falta de articulação política nos seus projetos de leis, briga constante com o legislativo a demissão constante de altos membros do governo, e o escândalo da #vazajato são provas disso.

Nesse cenário, a oposição e a sociedade civil vem reagindo. Inicialmente os setores da educação junto a UBES, UNE e ANPG chamam uma grande manifestação para o dia 15 de maio em defesa da educação, logo após, a UNE, UBES e ANPG chamam mais um grande ato para o dia 30 de maio contra os cortes da educação e contra a reforma da previdência, o 30M foi organizado por estudantes com apoio das centrais sindicais e tomou diversas cidades do país, em consequência foi realizada a greve geral do dia 14 de junho onde todas capitais pararam para dialogar com o trabalhador. As mobilizações em torno da liberdade imediata do presidente Lula, os atos em defesa da educação, conduzidos pela UNE, comprovam que o povo brasileiro entende a gravidade da conjuntura. É um projeto democrático de país em jogo. Desse modo é preciso que a UNE e esquerda seja firme em seu discurso e nas pautas debatidas com a sociedade. O imaginário e o sentimento de país que lutava para superar seu passado de colonização, durante os governos do PT, ainda ecoam no espírito da população. O povo sabe que, anos atrás, o Brasil conseguiu avançar em diversos eixos. É esse o projeto de país que devemos resgatar e, acima de tudo, ousar criar resistência popular para tomar as ruas, as praças, as universidades e apontar que o Brasil que queremos é o país que priorize a educação e a classe trabalhadora.

A INTERSECÇÃO ENTRE FEMINISMO, ANTIRRACISMO E LUTA DE CLASSES

Quando se fala de mulheres e de feminismo, é importante saber de qual mulher e de que feminismo estamos falando. Por mais que a luta contra o machismo e outras opressões una as mulheres enquanto gênero, cada grupo de mulheres foi construído por diferentes perspectivas sociais e históricas, o que exigiu/exige do movimento feminista constantes mudanças e inserção de novas mulheres; não é à toa que o feminismo é dividido historicamente em três “ondas”. É só a partir dessa premissa da não universalização da categoria mulher é que se pode falar sobre feminismo interseccional.

Situado na terceira onda feminista, o feminismo interseccional surge fundamentalmente da terceira onda feminista, onde o seu fundamento tinha como cerne a crítica vinda de mulheres excluídas durante boa parte do movimento feminista: negras e lésbicas. A problematização dessas mulheres era de que o feminismo em sua história sempre fora branco, heterossexual e de classe média, desconsiderando questões como raça, etnia e classe. A terceira onda feminista, iniciada na década de 80, traz uma marca na maneira de se enxergar o feminismo, pois mulheres negras – protagonistas dessa onda -, pensam a categoria mulher de forma não homogênea e crítica, por isso a importância do termo interseccionalidade: não se pode refletir sobre apenas ser mulher e o machismo; ser apenas lésbica e o sexismo; ser apenas pobre; falar em interseccionalidade significa compreender todas essas opressões do ponto de vista estruturante, ou seja, não há primazia de uma opressão sobre a outra, todas dialogam entre si.

Estamos vivendo uma conjuntura difícil no último período, sobretudo para nós mulheres. A retirada através de um golpe da primeira mulher eleita presidenta da república trouxe um tamanho retrocesso na construção de políticas públicas que pudessem possibilitar a emancipação das mulheres trabalhadoras em nossa sociedade. Nos últimos meses pudemos acompanhar o grande crescimento do fascismo em nosso país, representado pelo candidato Jair Bolsonaro, hoje tragicamente eleito presidente com um projeto racista, misógino, homofóbico e falso nacionalista, mesmo após a resistência organizada pelas mulheres com a campanha do #EleNão, que levou milhares

às ruas no período da campanha eleitoral. Os desafios não são pequenos! Em apenas um mês o atual governo fascista já mostra a que veio, extinguiu o Ministério do Trabalho, da Cultura, do Esporte, o Conselho de Segurança Alimentar, reduziu o salário mínimo, retirou a população LGBT das diretrizes de direitos humanos e flexibilizou a posse de armas, esta última medida poderá implicar consequentemente no aumento do número de feminicídios no Brasil. Em estudo divulgado pela Agência Patrícia Galvão e realizado pelo Ministério Público de São Paulo, mostra que a arma de fogo é o segundo meio mais usado em feminicídios (17%), atrás de faca, foice e canivete (58%), e a frente de instrumentos domésticos (11%), das mãos (10%) e de outros meios (4%). “Se há casos em que as mulheres sobrevivem à tentativa de feminicídio é, em larga medida, porque o instrumento de violência foi de mais baixa letalidade”, diz Débora Diniz e Giselle Carino em matéria ao jornal El País.

E não para por aí! A então ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, se pronunciou recentemente através de um vídeo divulgado em redes sociais afirmando que chegou uma “nova era no Brasil”, que “menino veste azul e menina veste rosa”. Nós precisamos compreender que o que está em questão é um movimento poderoso de legitimação da violência, seja ela simbólica ou física, uma violência material contra as mulheres e a população LGBTI. Trata-se da autorização para a violência doméstica e feminicídio.

A UNE precisa ter um papel central dentro da luta das mulheres estudantes, e contribuir na construção de políticas que nos auxilie na erradicação das desigualdades, fortalecendo a assistência estudantil, empoderando estas mulheres e construindo políticas efetivas que mudam a realidade das mulheres dentro (e fora) da universidade, portanto, a defesa da paridade em todos os espaços de poder e deliberação é uma pauta central para nós, exigimos paridade em todas as instâncias, desde a construção das chapas para disputas nos diretórios e centros acadêmicos, Diretório Central das e dos Estudantes, União Nacional das e dos Estudantes, bem como, suas coordenações quando eleitas, até as instâncias políticas, nas câmaras, assembleias, secretarias. Além disso, incentivar a criação de diretorias de combate as opressões nos DCEs e entidades de base, dessa forma, construiremos uma sociedade em que todas nós possamos viver de

forma plena, com equidade e possamos continuar a conceber um legado de lutas e conquistas para todas nós mulheres.

RADICALIZAR NA LUTA ANTIRACISTA!

O momento exige coragem, pós 130 anos da abolição inconclusa da escravatura, a população negra ainda luta pela sua verdadeira emancipação, em que pese no período de 2003 à 2015 terem ocorrido políticas públicas para proporcionar mais igualdade racial no acesso à educação por exemplo, não foi o suficiente para suprir a tamanha desigualdade existente no país, tivemos conquistas memoráveis que perpassam desde o nosso empoderamento enquanto sujeitos criadores e mantenedores de nossa própria identidade. A maldita herança da escravidão, que é a de extermínio de adolescentes e jovens negros das periferias de nosso país, pelas mãos do estado brasileiro é uma bandeira de luta pelo qual a UBES deve estar concentrada e denunciar em todos os fóruns que participa.

E, com a chegada de um racista declarado na presidência da república, em que no seu discurso de posse diz que acabou o tempo do ‘politicamente correto’, nos coloca em posição de luta e de enfrentamento, seguindo a tradição dos nossos antepassados, que tanto lutaram pela liberdade plena do povo negro. O Bolsonaro, representa o compromisso do estado brasileiro, em massacrar os descendentes de Zumbi dos Palmares e Dandara, através da política eugenista de branqueamento de nossa nação, o esforço será destruir a nossa história no campo político, econômico e social.

Vivemos um momento decisivo na política brasileira. A articulação da juventude negra em torno das organizações estudantis é crucial para a construção de um projeto político democrático cujo protagonismo parta de nós e seja para nós. Entendemos a importância simbólica e prática de participar dos espaços de decisão para avançarmos contra o racismo estrutural e institucional que especialmente nesse momento onde o governo sinaliza em acabar com conquistas coletivas como a revogação da Lei 10.639/03 e 11.645/08 que disciplina a história da cultura africana e indígena, esse é o verdadeiro passaporte para a real emancipação de nossa geração.

Estabelecemos como um projeto democrático para a UBES a adoção da paridade racial como critério para a composição de sua diretoria e direção executiva para que assim cada vez mais correspondamos à realidade das bases que sustentam a organização

e nos adequamos ao perfil da população brasileira e do atual ambiente das escolas, NÃO para a Lei da Mordaza que cala a diversidade e pluralidade no ambiente escolar, denunciar com força à falida política de guerra às drogas que cada vez mais mata e encarcera a juventude negra, pobre e periférica, o eventual fim das políticas de cotas poderá sentenciar gerações de jovens negros ao acesso ao ensino técnico e as universidades, batalhar para que não seja privatizado os institutos técnicos federais, pela não diminuição dos programas de transferência de renda, do FIES, do PROUNI e do REUNI. A UBES é uma ferramenta estratégica que deve ser apropriada por nós. Defender a sua democratização é defender um projeto de constante renovação ancorado no seio do povo, na luta de classes. Se não se renova, a democracia morre.

Ficaremos de pé e resistiremos, por Marielle Franco, Moa de Katendê e tantos negros e negras que lutaram e luta por nossa liberdade!

EDUCAÇÃO LIBERTADORA

As mudanças conjunturais e de clima político vivenciado no final de 2015 e início de 2016 visibiliza uma virada radical na concepção de direito a educação que estava sendo construída no país nos últimos anos. Vivenciamos cortes de verbas da educação, o que resultou no fechamento de instituições de ensino, presenciamos as questões voltadas a educação sendo posta como não prioridade, fomos vítimas da violação dos direitos a educação, direitos estes que foram conquistados com dificuldade e muita luta, inclusive pelos próprios estudantes e as entidades estudantis que os representam.

Tivemos a infeliz experiência de presenciarmos tentativas de derrubar e quebrar a liberdade democrática, o que caracteriza uma forma de calar professores e estudantes, fazendo com que política não seja discutida em sala de aula, como na verdade se faz necessário, além da proibição da abordagem de fatos e ações do nosso cotidiano e das análises das representações sociais dos alunos, feitas pelos próprios, o que justifica o desejo da implantação de medidas antidemocráticas, que fere a liberdade de expressão dos professores, dos sindicatos e estudantes, formando assim uma educação que aprisiona, quando na verdade deveria libertar.

Ao invés de censurar, de oprimir, de banir, criticar e não valorizar o Método da Educação Libertadora (método do educador Paulo Freire que defende e incentiva o posicionamento do aluno no meio social e político em que ele vive, ou seja, no seu contexto real) deveria-se ensinar a pensar ajudando os alunos a potencializar suas habilidades cognitivas e influenciar na construção de conhecimentos. Tais atitudes deveriam ser tarefa do Estado, uma vez que estaria formando cidadãos conscientes dos seus fatos, e o mais importante, do processo histórico social que justifica a diversidade existente numa nação, a qual se deve respeitar, pondo em prática a proposta de uma educação crítica e reflexiva.

É de tarefa primordial das universidades públicas e escolas públicas a luta contra seu desmonte, seja da classe estudantil e docente. Educação não é privilégio, é um direito. A União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas precisam defender o ensino público e de qualidade e deve formular um programa de retomada da ampliação do acesso à escola e a universidade, com qualidade no ensino-aprendizado prioritariamente no ensino público, com a construção dos projetos políticos-pedagógicos e institucionais voltados ao interesse público e popular. Mais que isso, que o investimento na educação signifique o fortalecimento do setor público; a garantia de políticas de permanência efetivas e acessíveis ao conjunto dos estudantes que dela necessitem; o avanço da democracia interna nas universidades; e o cumprimento da função social da universidade. Assim, a União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas podem assumir um compromisso de luta que já carrega em sua história, fazendo a defesa intransigente, mesmo nesta conjuntura adversa, de uma escola e universidade pública, gratuita, de qualidade, democrática e popular.

EDUCAÇÃO NO CAMPO

Educação pública e a luta das juventudes no campo, nas águas e nas florestas. A educação segundo Paulo Freire (1921-1997), tem como função fazer estimular os estudantes a compreenderem o mundo e assim sendo poder transforma-lo a partir de um forte processo de conscientização crítica. A Educação no meio rural historicamente tende a desfavorecer minorias e colocar na contramão do processo de ensino - aprendizagem os filhos e filhas do campo, das águas e das florestas. Nesse sentido os movimentos sociais organizados tendem a dar sua

contribuição em busca das verdadeiras mudanças no sistema educacional, no que diz respeito ao processo de formação da conscientização crítica e na organização, visando o futuro acadêmico das juventudes agrárias.

O Brasil vive um dos momentos mais obscuros da sua história recente, a ofensiva de setores de extrema direita no pós golpe que retirou a presidenta Dilma do poder, garante a sua consolidação, legitimando se nas urnas do último pleito eleitoral, com a derrota estratégica do projeto popular e democrático, levando a presidência da república Jair Bolsonaro, presidente esse que se elege escondido atrás de uma rede social disseminando ódio aos movimentos e organizações populares e todo o tipo de minorias. A nomeação do então Ministro da Educação Ricardo Vélez Rodriguez, fruto da influência de Olavo de Carvalho tende a ser uma demonstração de que o Governo Bolsonaro não tem intenção alguma em dialogar com a classe trabalhadora e que os filhos do campo, das águas e das florestas terão que estar ainda mais organizados para enfrentar o que podemos chamar de momento ápice da ofensiva Golpista contra a educação pública em especial a educação no campo.

A conjuntura cada vez mais acirrada exige da UNE posições mais firmes no que diz respeito ao debate da Educação para as juventudes Rurais, a organização da luta em defesa da permanência e fortalecimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária o (PRONERA), bem como a garantia dos recursos do Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO).

A UNE precisa fortalecer a luta pela retomada do Programa Nacional de Reforma Agrária e das atividades e recursos do INCRA visando o combate aos conflitos de terra e acelerando os processos de compra e titulação de áreas da reforma agrária e de territórios e comunidades Quilombolas, defender a FUNAI e os povos indígenas deve está nas agendas de prioridade da União Nacional dos Estudantes, bem como se faz necessário ampliar o debate por todo o país à cerca do plano nacional de juventude e sucessão rural como elemento estratégico para a vida e permanência das juventudes no campo, com ênfase na garantia da construção de um sistema de educação que diminua as desigualdades na formação acadêmica é social para os povos do campo, das águas e das florestas, como disse Paulo Freire " Ninguém caminha sem aprender a caminhar,

sem aprender a fazer o caminho caminhando, retocando e refazendo o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Doss presente! Dandara presente! LGBT's resistem.

Não temos dúvidas que nos governos de Lula e Dilma a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais acessaram, assim como a maioria do povo brasileiro, melhores condições de vida no país. Devemos reconhecer que neste mesmo período algumas iniciativas importantes foram conquistadas pelo Movimento LGBTI+ brasileiro, como a exemplo da implementação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTI+, no âmbito dos governos federais do PT foram importantes para o avanço da visibilidade dos direitos LGBTI+, apesar da insuficiência em alcançar o respeito à cidadania LGBTI+. Conseguimos através de muita luta a despatologização da transexualidade, e o direito à retificação de nome e Gênero no registro civil sem precisar de ação judicial através do provimento número 73 do CNJ. Existe uma descontinuidade das políticas públicas em nível federal e uma paralisia no processo de implementação dos instrumentos institucionais e promoção dos direitos LGBTI+ nos estados e municípios que se materializam de diversas formas, como por exemplo, da inexistência de encaminhamentos das propostas elaboradas nas três conferências nacionais da população LGBTI+, do não cumprimento/efetivação dos projetos/programas/leis criadas em gestões públicas, e das muitas invisibilidades dadas às demandas da população LGBTI+.

É imprescindível entendermos que essas críticas não estão soltas ou desconexas da crise política que perpassa no nosso país, que vai desde o Congresso eleito mais conservador desde 1964; do crescimento das bancadas fundamentalistas religiosas, do golpe político através do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, eleita legitimamente; do Governo Temer que em tão pouco tempo implementou mudanças no país, entre elas a extinção do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, reduzidos a uma secretaria subordinada à pasta da Justiça e agora eleito como presidente Jair Bolsonaro, que escancara e escancarou que ter um filho gay é falta de educação e de surra. Atualmente o então presidente fez mudanças no ministério extinguiu algumas pastas sendo elas cultura, esporte, trabalho, segurança

pública entre outras. Também tem a medida provisória 870, que não deixa explícito que LGBTI+ faz parte das políticas e diretrizes destinada à promoção dos direitos humanos, como constava anteriormente. Que com toda certeza, impacta na perda e retirada dos direitos da população LGBTI+ brasileira.

Nós, do Coletivo Quilombo, compreendemos que o Estado Brasileiro não pode violar os direitos LGBTI+, das mulheres, do povo negro e dos indígenas, que é preciso garantir a qualquer custo, uma política de reparação e reconhecimento a essas populações que são historicamente e cotidianamente marginalizadas por não se encaixarem dentro dos padrões Cisheteronormativos que a sociedade impõe. Temos que entrar numa sintonia de respeito mútuo, a linguagem interseccional é estratégica para defendermos e debatermos nossas pautas sem hierarquia. Percebemos que a sociedade está organizada numa hierarquia das classes sociais, e que os indivíduos não falam apenas de um determinado local identitário. Por isso, legitimamos a perspectiva interseccional que foi cunhada e difundida pelo feminismo negro nos anos 1980 e constitui-se no estudo da sobreposição ou intersecção das identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação, isto é, relações de poder. O uso desta linguagem é central para compreendermos que a população LGBTI+ está presente nas várias esferas políticas, no combate ao machismo, na necessidade da discussão da política de drogas, no enfrentamento ao racismo, no campo da arte-cultura, do trabalho e renda.

Assim a UNE tem que adequar a essas novas perspectivas, narrativas, construídas alianças estratégicas com outros movimentos e grupos sociais, dando a liga necessária para a construção de frentes de lutas, ações de massas, consolidação de acúmulos e conquistas. Os debates e as movimentações têm de ser na perspectiva de construção na busca de consensos e na garantia da transversalidade das pautas. Todas estas lutas buscam combater/desconstruir preconceitos que se encontram hierarquizados e que normatizam os nossos corpos e sexualidades. A luta pela visibilidade de nossas identidades sexuais e de gênero se trata também da luta contra privilégios econômicos e políticos de uma elite branca, eurocêntrica e Cisheteronormativa. Lutar por nossos direitos, significa lutar pela nossa vida, afinal a cada 19h um LGBTI+ é assassinado no Brasil ou se suicida.

É preciso, ocupar e construir os Conselhos de Direitos LGBT's nos estados e municípios, com Coordenação dos Direitos LGBTI+ e Plano de Combate a LGBTIfobia, que conforma o tripé da Cidadania LGBTI+. Essa é a base para implementação de políticas públicas para população LGBTI+ possibilitado o movimento LGBTI+ formular, propor, monitorar e fiscalizar ações em governos estaduais e municipais, bem como respostas emergenciais à violência lesbo-homo- bi-transfóbica. Para a diretoria LGBTI+ da UNE a luta em defesa do Estado Laico deve estar na ordem do dia sempre, pela democratização no exercício dos direitos sexuais e reprodutivos; pela aprovação da PLC 122 que criminaliza a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis; por uma intensa campanha pelo respeito ao nome social das pessoas transexuais que ainda não fizeram a retificação de nome e Gênero. Mais que nunca a efetivar a perspectiva de uma educação sem sexismo, homofobia, bifobia, lesbofobia e transfobia, para conseguir transformações que precisamos na universidade e na sociedade. Só assim poderemos verdadeiramente conquistar o poder transformador calcado nos valores do respeito, da igualdade e da diversidade.

POLÍTICA DE DROGAS E SEGURANÇA PÚBLICA – PAREM DE NOS MATAR!

A sobrevivência será ainda mais urgente no próximo período em especial para a juventude negra. O massacre de corpos negros expõe a selvageria da branquitude, experiência ímpar de barbárie nos últimos séculos da humanidade. Uma experiência que se movimenta pela subjugação e eliminação de outras experiências.

Esse massacre é parte constitutiva da história brasileira e a partir dele impõe-se uma visão limitada da experiência negra na diáspora, a partir da sua desconfiguração. Um dos elementos centrais desse processo que desfigura a pessoa negra no pós-abolição, “reconhecidas” e “atestadas cientificamente” pela geração formada pelo racismo científico é a sua passagem de escrava para criminosa. E um conjunto de práticas cotidianas, algumas religiosas, e todas não violentas passam a ser criminalizadas no intuito de consolidar na república brasileira os instrumentos de controle racial que mantivessem as hierarquias construídas no período anterior desde a colônia. Uma passagem de regime que não modifica-se privilégios. Passam a ser

perseguidos na paisagem urbana em especial, as práticas religiosas de matriz africana, o jogo de apostas, expressões musicais, como o samba na década de 30 do século XX, e entre as proibições surge a maconha.

Uma geração de psiquiatras e juristas investem na produção de material que “atestassem” os desvios produzidos pelo uso de uma substância de origem milenar e com milhares de utilidades comprovadas, que passa a ser chamada muito comumente de “fumo de negro”. Para o médico sergipano Rodrigues Doria, grande influenciador dos debates da proibição da maconha no início do século XX, a maconha seria uma vingança de negros contra brancos e que não criminalizar a planta inviabilizaria a “civilização brasileira”. Terreiros de candomblé, a partir de uma medida de 1938, passam a ser obrigadas a fazer uma inscrição em autoridade policial, como forma de combater o “maconhismo” ou “diambismo”.

Nos Estados Unidos, durante a década de 1960, o governo assume uma postura de combate e eliminação de experiências negras de resistência ao massacre de pessoas afro-americanas mais contundente. O FBI elege o Pantera Negras como o inimigo número um e o presidente Nixon internacionaliza a ideia de guerra às drogas, baseado no combate ao inimigo interno (negro), e na ocupação de territórios em especial na América Latina. O processo de guerra às drogas reorganiza a aplicação do cárcere como medida de controle e aprofunda as disparidades raciais das prisões.

Atualmente os EUA possuem 25% de toda a população prisional do mundo, com cidades onde mais da metade dos jovens negros tem pelo menos uma passagem no decorrer da sua vida, como acontece em Baltimore. A guerra às drogas alimentou nas últimas décadas o sistema penitenciário do país, sendo, segundo a escritora, advogada, militante, negra, Michelle Alexander, a nova Jim Crow, em referências às leis racistas que permaneceram em vigor no Sul do país até meados do último século.

O Brasil chega a 2019 com a terceira maior população carcerária, com cerca de 900 mil pessoas em regime de privação de liberdade, sendo que entre os homens cerca de 23% ligados aos crimes relacionados com o mercado de substâncias tornadas ilícitas, percentual que chega a 63% entre as mulheres.

O crescimento do feminicídio no Brasil também tem relação com o movimento de guerra imposta pela proibição. A violência física bem como a violação sexual são bastantes frequente no mercado das substâncias ilícitas contra as mulheres. Além disso, o massacre de comunidades negras também é aprofundado pelo sequestro das mulheres

negras, principais organizadoras da sobrevivência nos territórios negros. Outra violência bastante frequente tem sido a retirada violenta do direito a maternidade imposta pelas instituições estatais às mulheres em situação de rua.

Em outro percurso, a materialidade do genocídio através da necropolítica do Estado é um dos elementos mais presentes no novo governo. Seja através da política de eliminação do povo indígena alavancado a um novo patamar, partindo da usurpação de maiores parcelas de seus territórios, mas também através da eliminação física de suas lideranças, seja a partir da retórica da guerra e das armas que reforçarão o massacre interno com os povos não-brancos.

Um dos elementos centrais dessa agenda da guerra é a criminalização das substâncias psicoativas. É esse processo que organiza e legitima boa parte do massacre negro em seus próprios territórios, mas também o sequestro de gerações de jovens negras e negros aos cárceres, e formação de gerações ainda mais jovens a partir da sociabilidade da violência, do vocabulário dos homicídios e da perda precoce de pessoas próximas.

Reforça-se nesse governo ainda um percurso outro de sequestro de corpos negros a partir de comunidade ditas “terapêuticas” que utilizam dinheiro público para construção de verdadeiros depósitos de pessoas, com estruturas precárias, nenhum acompanhamento médico ou psicológico, altas dosagens de drogas prescritas, tendo inúmeras instituições, como o Conselho Federal de Psicologia, e o Mecanismo Nacional de Combate à Tortura produzido extensos relatórios e denúncias sobre o amplo conjunto de violências e riscos à vida que as pessoas estão expostas nessas instituições.

Mudar a política de regulação das substâncias hoje tornadas ilícitas é uma condição fundamental para desmontar determinados instrumentos do controle sócio-racial imposto pela branquitude na experiência brasileira. Por isso, é fundamental reconfigurar-nos e realfabetizarmos a nossa experiência no mundo a partir de um processo de desligamento de correntes cognitivas impostas pela experiência do colonizador, para pensarmos estratégias eficazes de solução das questões que afetam nosso povo. Qualquer reformulação do modelo de política de drogas passa também por um processo de reparação histórica, com responsabilização do Estado e outros agentes, caminho para o processo de um real modelo de justiça, reforma do modelo de segurança pública, desmilitarizando as instituições, os territórios e a própria lógica de enfrentamento do Estado à questão da violência.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Foram mais de 70 assassinatos de lideranças populares no ano de 2018. O que já sinalizava a política a ser adotada contra os movimentos sociais e populares, sua criminalização. O golpe contra a democracia brasileira aprofunda-se, com a falta de garantias dos direitos constitucionais, insegurança jurídica, no desmonte do Estado e das políticas sociais. O objetivo é impor à força e pela violência o retrocesso antidemocrático, na tentativa de arrefecer a resistência diante da falta de legitimidade e a total ausência de um programa e políticas do novo governo.

Negros, pessoas LGBTI+, quilombolas, indígenas, movimentos sindicais, de intelectuais, de artistas com as ameaças de retrocessos impensáveis até pouco tempo atrás. Não há espaço e tempo para defensiva diante do autoritarismo e não há garantias de direitos fora da democracia. Por isso, é fundamental que as organizações populares e sindicais retomarem as iniciativas e o protagonismo nas mobilizações antes e durante as eleições. Nesta lógica, a busca incansável da unidade de ação é essencial no processo de defesa dos direitos, inclusive para indicar a necessária unidade política no campo institucional da esquerda brasileira.

Por falta de uma reação clara das organizações sociais e populares, o novo governo segue no palanque em ofensiva, com seu discurso de ódio. Inaugura nestes primeiros dias, incitando ações criminosas e a impunidade no campo e nas periferias das cidades contra as lideranças e organizações sociais, na tática de construção da figura do inexistente inimigo nacional.

A brutal ofensiva sobre os direitos, exemplos, a exclusão da população LGBT da lista de políticas e diretrizes destinadas à promoção dos Direitos Humanos, o fim da política de segurança alimenta, a transferência das atribuições de identificação, demarcação de terras indígenas e titulação de quilombolas; além do licenciamento ambiental e políticas de reforma agrária geridas pelas mãos do agronegócio. E em seguida virá a reforma trabalhista e da previdência, mantendo o privilegio das elites, aumentando o fosso das injustiças sociais, penalizando os pobres.

Neste contexto, Lula deve dar o caráter ideológico da luta de classes nesta disputa, como marco de referencia para a sociedade. A continuação das agendas de lutas pela libertação do Presidente Lula é estratégico, somado aos esforços de mobilizações e

na luta cotidiana do povo brasileiro, na resistência e nas mobilizações contra a ofensiva neoliberal, antidemocrática e na defesa dos pobres e excluídos. Manter a figura de Lula na polarização contra Bolsonaro em uma clara demonstração de forças é simbólico.

Neste novo contexto, é importante mudar a natureza política dos governos e dos mandatos de esquerda: ao invés de priorizar a luta institucional, articula-la com as mobilizações populares e impulsionar a organização e as lutas do povo; política imprescindível para sustentar e enfrentar as ações de isolamento e as condições estruturais. O nordeste brasileiro poderá ser a uma referência central nessa luta e trincheira desta resistência.

Priorizando a retomada do diálogo com a população e a organização de massas. Inaugurada pela Frente Brasil Popular, na organização do congresso do povo, deve ser retomada de forma permanente. Debater e conscientizar a população dos prejuízos econômicos e sociais é a base para os enfrentamentos dos problemas reais: a pobreza, a falta de alimento, mordida, violência, saúde e educação.

COMUNICAÇÃO

A comunicação no cenário atual exige do comunicador uma preocupação redobrada, afinal, o mundo das mídias é rápido e excludente, quem não está na crista da onda ninja fica para trás. Mais nem sempre agilidade na informação é a melhor opção, sempre precisamos fazer um trabalho técnico de pesquisas, de busca de fontes sérias para a consolidação de uma notícia que produz leitores permanentes, o segredo não está apenas em “agilidade na informação”, mais com gentil certeza em “qualidade na informação”, algo que parece está em falta. Por isso manter os leitores atentos ao click da notícia é tarefa indispensável do comunicador, “Uma comunicação eficaz pode ser entendida como aquela que transforma a atitude das pessoas. Se a comunicação apenas muda suas ideias, mas não provoca nenhuma mudança de comportamentos, então ela não atingiu seu resultado”. O cuidado em levar essa notícia gera um público fiel ou não, vai depender de como está sendo comunicado, então, quando fala em comunicação eficaz, está se referindo a que consegue difundir com plenitude o seu objetivo, em manter um público sadio, alimentando-o com notícias do momento sem perder a qualidade e a sensualidade do fato.

É impossível falar de comunicação e não falar da grande mídia. Ela, que foi o braço direito dos golpistas no governo Temer e capitaneou o processo de impeachment, sendo uma das principais responsáveis pela alienação e controle das discussões da população. As redes de comunicação formadas pela internet têm tido papel importante na defesa da democracia e dos direitos no período pós-golpe. Em 2016, o coletivo de mídia livre “Mídia Ninja” conseguiu ultrapassar o alcance das principais mídias convencionais brasileiras no facebook, alcançando mais de um milhão de visualizações. O papel deste coletivo e de outros comunicadores populares têm contribuído na divulgação de uma narrativa alternativa, em oposição aos valores defendidos pela mídia convencional, mas recentemente recebemos enxurradas de fake news vindas de sites e de uma rede de whatsapp que tiveram empresários financiando para que o ódio fosse disseminado, confundindo a população nas eleições em vários temas. Os factoides criados neste período são exemplos do poder que as redes sociais têm, inclusive o whatsapp e facebook, onde muitas pessoas se baseiam nessas redes. Mesmo cientes de que a narrativa da mídia convencional sustentava o governo ilegítimo de Michel Temer e agora o governo Bolsonaro, as frentes populares de luta e movimentos sociais não tem dado a importância para a discussão da comunicação pública, que não vem sendo tratada como prioridade dos movimentos sociais e tem se tornando uma pauta transversal em diferentes espaços.

A UNE, como a maior entidade de representação dos estudantes, tem o compromisso de ser o espaço de mobilização do movimento estudantil, principalmente na luta contra esse atual governo onde já vem colocando em práticas os cortes dos direitos dos estudantes e dos trabalhadores. É preciso tratar a comunicação como ferramenta direta de diálogo com as nossas bases. Garantindo transparência e participação de estudantes de todas as regiões do Brasil nas discussões da entidade. É dever da UNE estar inserida na discussão estudantil e usar sua força para defender a contra narrativa do governo Bolsonaro. É nesse sentido que propomos para a UNE: Fortalecer a comunicação com a base, atenta às discussões do movimento estudantil; articular com comunicadores populares, na defesa da contra narrativa ao governo golpista e democratizar o acesso à coordenação de comunicação, afim de reconhecer a pluralidade dos comunicadores e setores de comunicação existente na UNE em composição com os DCEs e demais entidades de base.

É preciso criar, ousar e fazer uma comunicação eficaz às intempéries, o caminho da colegialidade na nossa comunicação é um bom artifício para saber lidar com 2019. É preciso reavaliar nossa comunicação, falar a língua do povo e através das redes disseminar uma mínima formação onde se faça a reflexão social e política.

DIREITO A CIDADE

Entendemos que o direito à Cidade, é a autotransformação do indivíduo ao transformar a cidade; que visa assegurar liberdade de expressão, acesso à cultura e educação, e a correta função social dos espaços públicos. Pensada de forma a reafirmar a coletividade dos direitos. No Brasil, o Estatuto das Cidades é pautado em garantir à infraestrutura urbana, o acesso aos serviços públicos, mobilidade urbana, saneamento ambiental, bem como, aos bens culturais e imateriais.

O Coletivo Quilombo reconhece que o direito a cidade é inalienável, uma garantia constitucional que vai para além das religiões, etnias, classes ou gêneros. Todavia, com base em nossas vivências periféricas cotidianas, conseguimos identificar que esse acesso por muitas vezes é negado a uma parte da população ou até mesmo não oferecido pelo Estado. Nos últimos relatórios da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre direitos humanos e urbanos, as cidades brasileiras foram apresentadas com um alto índice de desigualdade social e racial, fruto de um racismo institucional presente em nossa sociedade. Com base nisso, o Coletivo Quilombo sente a necessidade de se organizar e mobilizar além das esferas do movimento estudantil, a fim de enfrentar e propor ações que busquem a efetivação do “direito à cidade” para com os grupos excluídos socialmente.

Uma forma de transformação é trabalhar na perspectiva de ocupar e revitalizar espaços ociosos e abandonados nas periferias, com intuito de promover uma nova função social a esses espaços: objetivando a promoção de projetos que deem acesso à uma nova forma de economia solidária, educação, cultura, esporte e ao lazer, bem como ao direito de produção local de alimentos orgânicos por meio de horta urbana e comunitária, garantindo a conscientização ambiental ajudando a promover a preservação e a qualidade dos alimentos, não deixando de lado todos os bens culturais e imateriais, com isso visamos fomentar e aumentar a qualidade de vida do nosso povo.

Sabemos que os desafios são muitos e que não será fácil resistir a todos os retrocessos que estão postos e ao governo conservador de Jair Bolsonaro. Entretanto, a importância da União Nacional dos Estudantes em organizar a juventude e seu papel para a mudança social que acreditamos.

SAÚDE – DIREITO CONQUISTADO NÃO SE COMPRA E NÃO SE VENDE

Quando pensamos a saúde pública no Brasil, com enfoque para o debate acerca do Sistema Único de Saúde, primeiramente temos que desconstruir a compreensão errônea de que existe um SUS bom na teoria e um ruim na prática, sendo que o que de fato há é uma luta constante. A origem do SUS remonta à redemocratização do Brasil, sendo fruto da organização do movimento de vigilância sanitária e saúde popular no país. As principais conquistas neste novo modelo de enfocar a saúde pública estão nos processos de descentralização e participação social. Estes trouxeram impactos diretos para a gestão em saúde e na aplicação de recursos municipais.

Sua implementação, de maneira imbricada num contexto que concorre aos anseios privatistas de um setor neoliberal que vê a saúde como mercadoria, nem sempre foi de fácil diálogo dentre os diversos atores de nossa sociedade. Vimos em um primeiro momento uma desregulação das agências de saúde suplementar, em sua maioria cooperativas médicas, que desde a constituinte de 1988 até o dia 28 de janeiro de 2000, com a criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), não possuíam praticamente quaisquer caracterizações de seu funcionamento. Isso pode ser relacionado ao enraizamento dos serviços privados de saúde no Brasil, que caracterizamos como quase selvagem em nosso país. Estes setores também se tornarão responsáveis pelo financiamento do golpe a partir de 2016, e na eleição de Jair Bolsonaro. Lembramos que somente em 2010, 12 bilhões de reais foram depositados nas campanhas de políticos brasileiros, em sua maioria nas candidaturas de direita, segundo a pesquisadora Lygia Bahia.

Contudo, as apostas em novas práticas em saúde e a criação de importantes políticas públicas, sobretudo nos governos Lula e Dilma, só possíveis pela estruturação do SUS sobremaneira, modificaram positivamente o cenário de atenção à saúde brasileiro. Em 2001 temos a aprovação da Lei Federal 10.216, a qual institui uma política de saúde mental no âmbito do SUS, pelos princípios da reforma psiquiátrica e

da luta antimanicomial. Assim dá-se a criação dos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) em substituição aos modelos centrados no hospital psiquiátrico, e programas como o “De Volta Pra Casa”. O Programa Farmácia Popular, criado no primeiro governo Lula em 2003, e em 2011 ampliado no governo Dilma com a Portaria 184/2011, disponibilizou fármacos gratuitos aos usuários para asma, hipertensão e diabetes, além de 120 diferentes fármacos custeados parcialmente. O Programa Mais Médicos, criado em 8 de julho de 2013 pela ex-presidenta Dilma, com o intento de suprir as demandas médicas no interior, chegou a ter 18240 médicos e a abastecer 63 milhões de pessoas em 4058 municípios brasileiros, possibilitando o acesso sobretudo aos mais pobres, do interior e dos campos.

Porém vemos um desmonte de todas essas conquistas desde o golpe impetrado contra a ex-presidenta Dilma em 2016, e com a agora eleição de Jair Bolsonaro, fruto de fake news e so possível com a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, a maior liderança política de esquerda deste país, as coisas estão piores. Tivemos a aprovação da Emenda Constitucional 95, a qual congela os recursos em saúde por 20 anos. Esta já traz impactos na saúde pública que vão desde a má remuneração de profissionais da saúde a não aquisição de medicamentos essenciais para as unidades básicas de saúde. Também vimos a aprovação da Portaria 1482/16 que institui grupos de trabalho para a viabilização de Planos de Saúde Acessíveis, em franco intento de substituição do SUS, e a extinção do Farmácia Popular, desabastecendo milhões de brasileiras e brasileiros. Também vimos cortes orçamentários na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Nas primeiras semanas do governo Bolsonaro e últimas do governo ilegítimo de Temer, já fomos surpreendidos com a deportação dos médicos cubanos que integravam o Mais Médicos. Dado isso 31,4% das vagas desocupadas não conseguem ser preenchidas, estancando neste número, e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas estão sem profissionais. Estas medidas desassistiram milhões de pessoas, sobretudo as que mais necessitam da saúde pública, e mesmo com a abertura de editais e chamados de médicos, não se consegue ter a carência suprida.

Portanto vemos um terreno complicado para as conquistas de direitos na saúde neste novo governo, e conquistas históricas estão em risco, e talvez suas reparações não sejam possíveis tão breve. Contudo, por isso faz-se necessária a resistência, e o Coletivo Quilombo diz: “lutemos, porque O SUS É NOSSO, NINGUÉM TIRA DA GENTE. DIREITO CONQUISTADO NÃO SE COMPRA E NÃO SE VENDE”!.

JUVENTUDE COM PÉS NO CHÃO

A participação da juventude no fortalecimento e na luta por mais direitos e por mais democracia já se constrói desde muitas décadas. Porém no último período foi possível perceber que políticas públicas para a juventude é necessária muita mobilização, debate e comprometimento de todas as esferas do governo.

Desde o primeiro ano internacional da juventude lançado pela ONU em 1985, alguns países colocaram na sua agenda de desenvolvimento a discussão sobre a realidade da juventude provocando agentes políticos e sociais. A União Nacional dos Estudantes foi e é indutora desse processo de protagonismo e empoderamento organizando o conjunto da massa estudantil brasileira e latino-americana a partir de políticas de educação. E como ferramenta de luta deve ser fortalecida para que os direitos das juventudes, principalmente os trabalhadores e trabalhadoras, acessem políticas que representem as várias demandas e necessidades presentes em cada realidade a que pertencem.

As políticas públicas para a juventude é desafiadora. É necessário considerar os anseios dos próprios jovens e as necessidades coletivas. Para tanto, é importante encontrar um sistema de integração nacional dos programas e ações que devem considerar, a dimensão cultural, os elos de pertencimento e as diferentes subjetividades das juventudes locais.

É preciso compreender toda essa diversidade, seja de potencialidades ou limitações que atingem as juventudes brasileiras. Mas é compreender para enfrentar problemas que dificultam a vida digna como: o alto índice de homicídios da juventude, principalmente as juventudes negras e LGBTTTQI; o alto índice de jovens em situação análoga à escravidão; a política de guerra contra as drogas; o difícil acesso à escola, principalmente pra juventude rural; uma política de segurança pública desigual que já encarcera quase 800 mil pessoas no Brasil; o número de suicídios envolvendo principalmente a população jovem adolescente e indígena; a dificuldade de permanência nas instituições de ensino público federal; pouco investimento em produtores/as culturais jovens; a criminalização da cultura hip-hop; a criminalização da participação

política.

Desde a criação do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude e com a aprovação do Plano Nacional de Juventude, da inclusão do termo juventude no artigo 227 da CF88 e da aprovação do Estatuto Nacional de Juventude, vimos várias ações e programas emergirem impulsionadas pela articulação de coletivos, movimentos sociais e populares e por toda juventude organizada. Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o ProJovem (Urbano, Campo, Trabalhador, Adolescente), Programa Juventude e Meio Ambiente, Programa Universidade para Todos – PROUNI, Financiamento Estudantil – FIES, Programa Juventude Rural, Plano Juventude Viva, Observatório Participativo da Juventude, o Vale Cultura, os Centros Unificados de Arte e Cultura, Idioma sem Fronteiras, Ciências sem Fronteiras, o Sistema de Seleção Unificado – SiSu, o novo Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, o Programa Mais Educação, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, o Pronaf Jovem, além das Secretarias Estaduais e Municipais que fazem gestão das políticas de juventude locais. Essas políticas precisam avançar e chegar aos municípios, considerando a multiplicidade, a desigualdade, a diversidade e a singularidade que permeiam as questões da juventude. O município ainda está distante da democratização da participação dos jovens. O Executivo local deve atuar na criação de um órgão gestor, garantindo condições políticas e estruturais para seu funcionamento institucional, a exemplo das demais instâncias municipais, como as de políticas de educação, criança e adolescentes, assistência social.

Diante do atual contexto, com os desmontes dos espaços institucionais, orquestrados pelo último governo, compreender os territórios, as culturas, a diversidade de manejo e relação com a terra, as formas de organização, de trabalho, de produção, de acesso às políticas públicas, e a relação do Estado Brasileiro com a juventude são fatores primordiais para avançar na elaboração de políticas voltadas especificamente para as juventudes. Para avançar nesse sentido, além do envolvimento de toda a sociedade é preciso dar vez e voz para o protagonismo de jovens que tem debate e projeto de sociedade a partir das vivências que já trazem e constroem da sua vida cotidiana. E nesses tempos sombrios em que nos deparamos com um governo ultra conservador é necessário uma luta conjunta de todas as juventudes num movimento unificado para que as conquistas e os desafios citados acima sejam trampolim para o restabelecimento e

fortalecimento de políticas que reafirmem a juventude como sujeito de Direitos. E a União Nacional dos Estudantes deve ser referência para uma retomada do desenvolvimento, da articulação dos Movimentos Sociais e Populares e avançar nas lutas e no empoderamento das diversas juventudes espalhadas por esse nosso Brasil.

Assinam esta tese :

Daniel Adestino Dias - História - UFVJM

Brendon Kawai Silva Coelho - História - UFVJM

Pauline Miranda Martins - Farmácia - UFVJM

Inara Caroline Marcelino Martins - Fisioterapia - UFVJM

Natália Cristina da Silva- Enfermagem- UFVJM

Otávio Luiz Martins - Educação Física licenciatura - UFVJM

Lucas Felipe Vieira- Licenciatura em Ciências Biológicas - UFVJM

Sabrina Ferreira Mendes - Bacharelado em Turismo - UFVJM

Jorge da Silva Júnior - Lic. Em Física - IFS

Guilherme Gomes Aires Carvalho - Comunicação Social / Publicidade e Propaganda - Faculdade Araguaia GO

Nicolle Pontes Ferreira - Enfermagem - UFVJM

Carlos Henrique Viveiros Santos - Ciências Econômicas - Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Avançado de Governador Valadares

Daniele Jordânia Ferreira Amaral / Ciências Sociais / Universidade Estadual de Montes Claros

Tamires Batista Messias, uesc-ilheus, química licenciatura

Ana Karolina Fontes, direito, UFPE

Bruno Boaratti Machado- Comunicação social Publicidade e Propaganda faculdade Araguaia

Marcos Johari Provezani Silva - Comércio Exterior - UNIASSELVI

Rafael Dantas de Oliveira- UFMS- Artes Visuais Licenciatura

Guilherme Augusto Sá Barreto de Miranda - Direito - UFPE

Ygor Leonardo de Sousa Araújo - Direito - UFPE

Kaio Ramos Lins - Direito - UFPE

Gilson Junio Oliveira Andrade - Matematica - UFMG

João Pedro Sansão - Direito - FURB

Ernesto Elias Da Silva Ramos - História - UFVJM

Isis Jacovine Portela -Licenciatura em Educação do Campo - UFVJM

Arthur Telles Nogueira - Sistemas de Informação - UFVJM

Luis Felipe Costa - Geografia - UFVJM

Luiza Jacovine Portela - Farmácia - UFVJM

Leidiane de Oliveira - Geografia - UFVJM

Carlos Alberto Lourenço Filho- Direito-UFMS

Alisson Vitor Benites Delmondes - Ciências Biológicas - UFMS

Deyvison Alves de Jesus - Bacharelado em Direito - Universidade Tiradentes/SE

Maria S. Carmino - Agronomia - UFVJM

Luiz Henrique Santos Annunciato - Bacharelado em Humanidades - UFVJM

Harayan Araújo Tavares - Lic. Ciências Biológicas - UFVJM

Elbert João Pena Abreu - Nutrição - UFVJM

Mariana Dias Moraes - Pedagogia - UFG

Tainá Amorim Lopes - Ciências Sociais - Universidade Estadual de Montes Claros

Charlene Ramos Aguiar - Ciências Sociais - Universidade Estadual de Montes Claros

Bernardo Rafael Borges Rodrigues - Ciências da Religião - Universidade Estadual de Montes Claros

Yan Vitor Batista de Araujo - Bacharel em Turismo - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, campus Irati.

-Jader José de Oliveira Gonçalves -Faculdade Integradas do Norte de Minas, Direito.

-Luis Fernando Viana de Araújo Pereira-Faculdade Integradas do Norte - Direito

-Felipe de Jesus Oliveira Lopes -ed.física FUNORTE

-Taiza Amanda do Rosário Enfermagem - UFVJM

- Fernanda Stefani Dias da Silva Santos - Direito Funorte

- Thiago Cardoso Silva / Psicologia / Faculdade de Saúde Ibituruna (FASI)

- Josimar Ferreira de Jesus - Licenciatura em Química - Universidade Estadual de Santa Cruz

Marlon Douglas Sales dos Santos - Lic. Em Ciências Biológicas - Faculdade Ages

Vinicius Eduardo Cruz Dias - Direito - Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Tadeu de Almeida Alves - Medicina Veterinária - Universidade Federal de Sergipe - Campus do Sertão (UFS).

Celine Santos Olimpio - Pedagogia, Faculdades Integradas de Sergipe (FISE)

Marcos Rafael Aragão dos Anjos - Lic. em Letras LIBRAS - Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Willys Carmo de Azevedo- Direito - Universidade Tiradentes Farolândia

Glicia Bezerra da Costa -Gestão de Recursos Humanos-Faculdades UNIP.

Lucas de Oliveira Matos - Bacharelado em Administração - Faculdade Amadeus (FAMA)

Rafael Dantas de Oliveira - Artes Visuais Licenciatura - UFMS

Rony Marcos Siqueira Spinola - Enfermagem - UFMS

Diego Gonçalves Rodrigues - Ciências Sociais Bacharelado - UFMS

Luis Antônio da Silva Júnior - Medicina/UFMS

Danilo Nogueira Costa e Silva-Educação Física-licenciatura/UFMS

Laura Caroline Lobo Santos - Artes Visuais - licenciatura/UFMS

Thaisla Camila Rener Romeiro - Ciência da Computação UFMS

Gabriel Lima Lacerda - Ciência da Computação UFMS

Fabício Alves Espíndola - Psicologia UFMS

Jhonatan Jose Maria Rodrigues - Ciências Biológicas Licenciatura UFMS

Camila Amorim Ramos - Direito UFMS

Victor Hugo Lisboa Cabrocha- Engenharia de produção bacharelado UFMS

Lucas Miguel Lopes de Almeida - Letras (português/espanhol) Licenciatura UFMS

Robson Hernandes Souza Lisboa- Física Licenciatura UFMS

Gustavo Marcelo Sobral dos Santos - História Licenciatura UFMS

Kamila de Oliveira Queiroz - Administração UFMS

Ubiratan Cruz de Almeida Junior - artes visuais- UFMS

Bárbara Regina Cardoso Rodrigues da Silva - Direito - UNIT

Acacia Santos de Araujo - Ciências Sociais bacharelado. UFS

Leonardo dos Santos Vaz - UESC- Licenciatura em Física

Elis Regina da Silva Gonçalves - Química - UFMS